

## **As contradições da dependência sob o capital-imperialismo**

Virgínia Fontes\*

A categoria de capital-imperialismo se debruça sobre a forma histórica do desenvolvimento contraditório do capitalismo no período posterior à II Guerra Mundial, assim como das políticas fundamentais impulsionadas desde então. A generalização desigual das formas de dependência, intimamente associada à expansão sem precedentes do imperialismo desde os primórdios do século XX, acelerou nas últimas décadas a expansão das bases sociais do capitalismo e modificou o desenho das conexões entre predomínio e subalternidade no cenário internacional.

A multiplicidade de análises (e de enfoques teóricos) sobre as formas da expansão desigual e combinada do capitalismo, assim como das diferentes teorias da dependência, levou muitas vezes a que o processo fosse apresentado de maneira estática, como a simples reprodução no tempo (apesar do aumento de escala) das mesmas relações e das mesmas posições entre os diferentes países, com exceções atribuídas a fenômenos particulares (como Taiwan e Coreia do Sul, por exemplo). Ora, processos desiguais e combinados dos quais resultam fenômenos como a dependência não devem ser analisados como repetindo proporções e posições mais ou menos fixas. Em outros termos, uma forma específica assumida pela dependência não deve ser transformada em parâmetro central e único, pois arrisca deixar de lado que a reprodução ampliada do capitalismo (que é sua própria condição de existência) tende a alterar e perturbar tanto os pólos subalternos quanto os centrais.

Do ponto de vista estratégico, uma certa coisificação estática da teoria da dependência pode induzir à suposição da possibilidade de constituição, na atualidade, de capitalismo autônomos, quando ao contrário a predomínio generalizado do capitalismo vem demonstrando uma interconexão embebida de imperialismo. A compreensão da dependência somente pode se dar em razão dos processos sempre desiguais de *expansão* do próprio capitalismo, apesar – e em razão – de suas crises.

---

\* Professora da Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense; da pós-graduação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz e da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST. Pesquisadora do CNPq, que apoia a pesquisa que fundamenta o presente artigo.

As circunstâncias contemporâneas trazem um forte fardo para as lutas (e os intelectuais) anticapitalistas nos países ditos “emergentes”. Precisamos enfrentar nossas próprias classes dominantes, em muitos casos defensoras brutais do capitalismo *tout court*, apesar de sua subalternidade frente aos capitais e programas estrangeiros, como nos lembrava um grande clássico brasileiro, Florestan Fernandes (FERNANDES, 1975). Nesse sentido, a contradição entre Estado-nação e imperialismo forâneo, ou mesmo entre desenvolvimento e regressão, tende a ser um alvo ambíguo de luta, ora denunciando o capitalismo em sua forma imperialista, como o denuncia Katx (2010), ora apoiando iniciativas em prol da expansão das burguesias internas (e associadas) (BOITO Jr., 2005). As informações provenientes dos principais centros internacionais de formulação econômica e política, tais como Banco Mundial e muitos think tanks, consolidadas através de empresas de mídia profundamente monopólicas e internacionalizadas, difundem a suposição de que não há nenhuma alternativa ao capitalismo e que se trata, no máximo, de adequar-se a ele, de maneira “resiliente”, termo originado na psicologia que entrou na moda, naturalizando a capacidade de adaptação e conformação singular às dificuldades da existência. Muitas análises críticas – inclusive no campo do marxismo – tendem a fixar-se no que ocorre no “centro” (ou na Tríade) supondo com isso oferecer a chave explicativa para o conjunto do processo, mas infelizmente apenas reiteram em muitos casos interpretações eurocêntricas, incapazes de dar conta de uma totalidade capitalista muito mais complexa. Como forma de resistência – legítima mas insuficiente – uma parcela das lutas e das interpretações na América Latina confunde perspectivas e dificuldades conjunturais com a própria base teórica e passam a criticar duramente o próprio marxismo como eurocêntrico. Por último, e o mais difícil a enfrentar, vivemos uma situação apenas aparentemente paradoxal: uma profunda e duradoura crise nos países preponderantes (EUA e Europa) ocorre em paralelo a um período de expansão intensa das relações sociais capitalistas em outros países. Talvez essas contradições, escancaradas nos países emergentes, permitam um ponto de partida para numa pauta comum de análise das características do capitalismo e do imperialismo na atualidade e contribuir para seu enfrentamento.

Aqui apresentaremos de maneira quase telegráfica algumas dos pontos cruciais do que denominei capital-imperialismo. Três autores são referências fundamentais: Marx (1985), Lênin (1977) e Gramsci (2002), tendo claro porém que

eles não trazem as respostas aos nossos problemas, mas estabeleceram balizas através das quais podemos recuperar os desafios a que se propuseram, de maneira a assegurar alguns pontos sólidos a partir dos quais definir uma rota de navegação em nossos mares turbulentos.

Dois pontos da teoria marxiana são fundamentais para esta intervenção: em primeiro lugar, o de que a existência – e, portanto, a expansão – do capital repousa sobre a expansão contínua de suas *bases sociais*, ie, da existência massiva e crescente de trabalhadores disponíveis no mercado, condição *sine qua non* para a extração de valor. E, se mencionamos o mercado, ele não se limita a um mercado de força de trabalho regular, com contrato de duração indeterminada e carreando uma sequência de direitos a ele associado: trata-se da contínua e exasperada formação de trabalhadores expropriados das condições de produção de sua existência, que somente podem sobreviver através do mercado. São necessitados de mercado – precisam vender algo, a começar por sua força de trabalho ou, – para garantir todas as suas necessidades. Estão *objetivamente* dependentes de mercado e *subjetivamente* desejosos de mercado. O acesso ao mercado figura – em sua forma mais abstrata, como a 'oferta de coisas' – como sua aspiração maior.

Compreender a base social da dinâmica capitalista pode permitir enfrentar algumas formulações genéricas, que resultam do amalgamento de distintas teses. Começamos pelas teses explícitas ou discretas sobre o “fim do trabalho”<sup>1</sup>, que agregam diferentes variáveis as quais, resultantes de análises específicas e relevantes, se difundiram e diluíram até chegarem a uma espécie de senso comum, apagando as mediações e os movimentos complexos da totalidade. Em primeiro lugar, algumas análises supõem que o desemprego crescente em alguns países traduz um movimento capitalista histórico – tristemente ineliminável para uns e, para outros, desejável – em direção à eliminação do trabalho pela tecnologia, como forma específica do próprio capitalismo “avançado”. Apesar de verdadeiro o fato de que a tecnologia capitalista resulta em dispensa de trabalhadores, essa tese costuma desconsiderar a totalidade do processo de expansão capitalista, focando especificamente alguns países e

---

<sup>1</sup> A questão do fim do trabalho pode ser de extremo interesse, como debate sobre as formas da luta de classes em prol da superação da subordinação do trabalho ao capital e, portanto, pelo fim da própria concepção de trabalho tal como definido/subsumido pelo capital. Ver a respeito MÉSZÁROS, I. (2002) e DUAYER (2012).

generalizando-a em seguida.

Ela é reforçada pela suposição de uma financeirização de novo tipo, distinta da refinada reflexão originalmente apresentada por Marx na configuração do “capital portador de juros”, ou da tese defendida por Lênin (segundo a Hilferding (1973)), que analisou a escala monopólica, o imperialismo, como expressão da associação íntima entre capital industrial e capital bancário. No novo senso comum os principais ganhos capitalistas ocorreriam doravante na esfera puramente financeira (bancária e não bancária), deixando totalmente à sombra o papel do trabalho como fundamento do capital. Agrega-se ainda uma visão cristalizada e reificada da “empresa” capitalista – a “indústria” - como se estivesse inscrito em alguma lei “natural” do capital que instituições formais e edificações de um determinado tipo seriam o único local e forma de extração de mais-valor.

Finalmente, difunde-se a suposição de que a acumulação “assim chamada primitiva” por Marx teria um momento de finalização, substituída por uma extração de valor “normalizada”, regulamentada por leis e por direitos dos trabalhadores, na qual o mais-valor relativo suplantaria (e, quem sabe, deixaria para trás) as formas de mais-valor absoluto. Neste último caso, generaliza-se o processo específico vivido alguns países – nos quais a expropriação dos trabalhadores do campo, reduzidos precocemente a percentuais abaixo de 20% da população e até menos – teria conduzido, através de longas lutas levadas a efeito por uma classe operária mais homogênea e compacta, a uma situação de capitalismo “organizado” e com a generalização de direitos sociais.

Essa generalização unilateral esquece que o imperialismo externo convivia com o bem-estar interno. Tal “regulação” do capitalismo em alguns Estados só foi possível ao lado das intensas expropriações e desregulações impostas (ou impulsionadas) em outras regiões; esquece que o imperialismo praticado no exterior tem efeitos também para suas condições internas como, aliás, Lênin apontara em seu pequeno mas magistral estudo sobre o imperialismo. Ao tempo de Lênin, as condições vigentes permitiam assegurar relativa melhora para os estratos mais elevados dos trabalhadores nos países preponderantes; após a II guerra Mundial, uma pacificação interna de maior monta tornou-se condição essencial no contexto da Guerra Fria. Nos nossos dias, a situação se modifica celeremente e as condições internacionais

começam a pesar também sobre os trabalhadores dos países centrais.

Marx criticou duramente a suposição de uma acumulação originária ou primitiva e, ao demonstrar os métodos violentos de acumulação de recursos (saque colonial, dívidas públicas, etc.), insistiu sobre o fato de que a expropriação do povo do campo é condição *permanente* (e não transitória) para a acumulação do capital. Isso permite pensar duas questões dramáticas na atualidade: a persistência, ao longo do século XX, de expropriações das populações rurais no mundo conduziu a que, em 2006, 50% da população mundial residisse em cidades, cifra que atingiu em 2011 a proporção de 52,1% (UN, 2012) Essas expropriações prosseguem com maior velocidade nos países mais populosos como Índia e China, que atravessam processos de rápida transformação, além da África. Evidentemente cada região e/ou país agregam características peculiares a esse processo, que não podem ser aqui analisadas, embora experimentem em comum a expansão da “Revolução Verde” (mecanização, tecnificação, correção química de solos, transgênicos e agrotóxicos em grande escala).

Interessa notar que o processo de “formação” de trabalhadores expropriados em primeiro grau (despojados da terra) está em pleno curso e que sua aceleração não significa uma redução das relações capitalistas, mas um impulso terrível ao mercado e a formas de extração de sobretrabalho e de mais-valor com perfis variados e provavelmente ainda mais terríveis. Tais modificações não mais se restringem aos locais específicos onde estão ocorrendo essas expropriações, mas tendem a gerar efeitos desiguais sobre o conjunto da população trabalhadora no mundo. Mesmo com metade da população do planeta já expropriada da produção direta da existência, novas expropriações *secundárias* começaram a incidir sobre os trabalhadores de longa data urbanizados, tanto nos países preponderantes quanto nos demais países, de maneira a tornar a massa de trabalhadores novamente disponível de maneira integral para o mercado: objetivamente necessitados e subjetivamente dispostos a vender – sob qualquer forma – sua capacidade de trabalho.

Os trabalhadores vêm sendo despojados de todos os freios que historicamente suas lutas foram capazes de impor à mercantilização da existência: aposentadorias, direitos sociais como educação e saúde são privatizados e tornam-se novas indústrias, o próprio direito ao contrato de trabalho vem sendo modificado, convivendo

trabalhadores com acessos muito desiguais a direitos (precarizados, terceirizados, contratos de curta duração, etc.). Estamos longe do fim do trabalho. Ao contrário, estamos assistindo a um momento crucial de exacerbação da concorrência entre trabalhadores em escala e proporção desconhecidas. De certa maneira, reproduz-se na própria relação de trabalho um processo desigual e combinado, que agrega trabalhadores com graus diferenciados de direitos e remuneração na realização de tarefas amplamente socializadas.

O segundo ponto a reter é o de análises sobre a crise capitalista, muitas vezes apresentada de maneira catastrofista, como se o capitalismo estivesse em regressão e prestes a desmoronar em razão de seus próprios limites internos. Muitos dos argumentos apresentados acima reaparecem aqui, acrescidos da descrição da efetiva devastação imposta a ferro e fogo sobre os elementos naturais. É verdade que o capitalismo, desde seus primórdios, rompeu com o sociometabolismo necessário à reposição natural e que sua expansão atual ameaça gravemente a própria humanidade (FOSTER, 2010). Porém, infelizmente, a humanidade segue dividida em classes e tal devastação traduz as formas bárbaras de expropriação capitalista e dramaticamente se converte em base para o aprofundamento de novas formas da extração de sobretrabalho e de valorização do valor. Um único exemplo: transgênicos não são apenas envenenamento ou monopólio de alguns tipos de sementes. Podem converter-se na base de uma das maiores e impensáveis expropriações: a da capacidade de germinar as sementes que historicamente alimentaram a humanidade – trigo, milho, arroz, soja. Se acompanhamos os desastres ambientais e as novas experiências genéticas, pouco sabemos das formas de expropriação que vem incidindo sobre a genética humana e o que podem vir a significar.

Desde países ditos “emergentes”, como o Brasil, estamos assistindo a uma expansão sem precedentes das relações sociais de tipo capitalista, tanto do ponto de vista diretamente social e econômico, como cultural, ideológico e político.

A categoria de capital-imperialismo pretende compreender a expansão capitalista sob as condições impostas pelo fantasma atômico e a Guerra Fria. Exacerbou-se a concentração monopólica e concorrencial típica do imperialismo, porém os limites da Guerra Fria impunham agora novas modalidades de consorciamento interimperialista, ao tempo em que exigiam um elevado grau de

pacificação interna aos países preponderantes, que aprofundaram seus gastos bélicos (e científicos) tanto para a dissensão frente ao inimigo principal, quanto para as inúmeras guerras direcionadas às regiões renitentes, mais frágeis e mais vulneráveis. A ameaça atômica bloqueava a escalada bélica entre os países preponderantes e a 'ameaça comunista' (falta ou verdadeira) justificava e aprofundava os elos entre eles, inclusive cruzando em muitas direções a própria propriedade do grande capital (em que pese o domínio militar e econômico dos Estados Unidos). A expansão interna do capital se complementa não apenas com a exportação de capitais ou de mercadorias, mas com a produção industrial 'multinacionalizada' realizada em outros países. Impulsionavam-se as expropriações primárias (da terra) e, contraditoriamente, consolidavam-se burguesias locais em países secundários, na maioria dos casos extremamente ligada aos países preponderantes (dependência). Multiplica-se um capitalismo truncado, com escassa diversidade de organização interna dos novos países, enclausurados em múltiplas teias hierárquicas e desiguais. Esse espaço expandido de movimentação dos capitais não desemboca numa historicidade expandida e, ao contrário, procura formatar modelos únicos de “desenvolvimento” e de “gestão da política” (e da luta de classes), aprofundando-se o encapsulamento nacional das massas trabalhadoras. O capital-imperialismo é a forma da contra-revolução permanente e da expropriação, cujos limites desconhecemos, das massas trabalhadoras. A imposição e generalização do formato censitário (custos crescentes eleitorais) e autocrático (redução da participação; elitismo; disputa entre partidos similares, com reduzida diferença entre eles) tende a reduzir a democracia a um formato similar a uma assembleia de acionistas, onde a aceitação da participação dos minoritários tem como contrapartida a centralidade dos interesses da própria reprodução – ampliada – do capital. Instaura-se um padrão bifurcado da política, altamente unificado e internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho.

O capital-imperialismo remete ao domínio da concentração máxima de capitais (sob a forma do “capital portador de juros”, analisado por Marx), momento em que contraditoriamente o próprio capital (trabalho morto coagulado sob forma monetária) assume a forma da “pura propriedade” e precisa irracionalmente converter-se ele próprio em mercadoria-capital, impulsionando de maneira exponencial a disseminação de atividades as mais diversas de extração de valor

(capital funcionante). Dada a escala da concentração, o processo tende a transformar praticamente todas as formas de atividade em trabalho e, em boa parte delas, em trabalho produtivo (valorizador do valor). Esse movimento impulsiona as múltiplas expropriações (primárias e secundárias) que resultam em massas de trabalhadores disponíveis e necessitados também em grande escala, não apenas rebaixando o custo geral da força de trabalho, mas abrindo caminho a formas de extração de valor através do mercado sem acesso a direitos, impondo-se um liberalismo selvagem. Em contrapartida, cresce um emaranhado de direitos complexos e cruzados, reservados à proteção das diferentes dimensões da propriedade, assim como se concentra a violência do Estado. Cresce também a massa de capital fictício, com dois fundamentos principais: extorsão intercapitalista (fraudes diversas) e aumento das dívidas públicas, que passam a ter um novo papel: o de assegurar o controle futuro da massa de trabalhadores “nacionais”, isolando-os dos demais e demarcando os limites para os deslocamentos internacionais de trabalhadores. A concorrência entre os trabalhadores no plano internacional segue limitada pelo papel de contenção – fundamental, para o capital-imperialismo – exercido pelos Estados e aparentemente empregado de forma “democrática”.

O capital-imperialismo não se inaugura em 1970, como querem alguns, nem se reduz a um “momento neoliberal”, o que nutre a suposição do retorno a um “bom” capitalismo regulamentado e com direitos. Está atravessado de contradições e tensões internas, que vem sendo desviadas para os conflitos em regiões mais frágeis. É no seu interior contraditório que se pode compreender a emergência de novos países, capital-imperialistas porém subalternos (como o Brasil) nos quais a dinâmica de constituição do próprio capital já ocorreu através de consorciamentos múltiplos, em especial do ponto de vista da propriedade do capital. Pode-se falar de um processo de adestramento das burguesias brasileiras, através tanto das intensas lutas de classes que eclodiram a partir dos anos 1970, sob a ditadura empresarial-militar, quanto através de uma efetiva formação para a gestão do capital-imperialismo através da participação em entidades “educativas” de cunho internacional.

Antonio Gramsci, atento às formas concretas da dominação de classes, identificou como a luta de classes em torno das imposições democráticas havia resultado no crescimento dos aparelhos privados de hegemonia (sindicatos, partidos, jornais, imprensa, associações diversas), cujo conjunto configura o que chamou de



sociedade civil. Para ele, entretanto, sociedade civil integra o Estado, é sua parte constitutiva.

O capital-imperialismo nascente no pós-guerra estimulou a disseminação de inúmeras entidades internacionais – oficiais e privadas – para assegurar a coordenação econômica e mercantil de empreendimentos com enorme abrangência e que exigiam grande mobilidade espacial, elaborando formas de “autonomização” local da gestão sem redução da unidade de ação no plano internacional. Elas não podem ser tomadas diretamente como “sociedade civil”, o que falsificaria a contribuição gramsciana. Ancoradas em seus países de origem, sustentadas por doações empresariais (e, em alguns casos, também governamentais), constituíram-se como verdadeiras *frentes móveis de ação internacional do capital-imperialismo*. Apresentando-se como entidades sem fins lucrativos realizavam a *difusão cosmopolita* de interesses, de formas de agir e de pensar. Fundações e entidades eufemisticamente nomeadas de “não governamentais”, *think tanks*, agências internacionais, fundações culturais ou associações recobrando setores específicos do grande patronato internacional, tal como a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) fomentaram entidades similares em terceiros países, agindo como formadoras para entidades patronais locais, ainda que algumas vezes experimentando tensões e contradições com as organizações burguesas locais e com governos de países dependentes.

Essas entidades correspondem à expansão da socialização da produção, quer se destinassem a outros países capital-imperialistas, quer se dirigissem a terceiros países, não porque fossem diretamente corporativas, mas porque forneciam os *elementos pragmáticos, técnicos, gerenciais, culturais e programáticos de mediação* para a atuação e expansão do capital-imperialismo, assim como eram mais ágeis e capazes de difundir padrões de atuação burguesa, padrões de consumo, padrões de sociabilidade, além de favorecer novas associações interburguesas, incorporando elementos das classes dominantes dos países nos quais passavam a agir.

Agindo em paralelo às empresas e entidades internacionais, essas entidades difundiam um padrão organizativo pragmático e pautado por uma lógica ficticiamente democrática, assegurando certa possibilidade de participação e ascensão em seu interior dos “acionistas minoritários”, tanto da burguesia quanto de setores médios. Muito variadas, promoviam novas carreiras cosmopolitas, formando e

disseminando militantes-ideólogos, assegurando uma crescente variedade de quadros para a atuação econômica, política e cultural, aptos a lidar com áreas muito mais extensas do que os padrões nacionais, atuando em culturas diferentes e ritmos diferenciados.

Aprofundavam a dependência e, simultaneamente, estimulavam práticas capital-imperialistas, tanto para os conflitos burgueses inter-países através de formas de consorciamento e monopolização, como, sobretudo, para neutralizar os setores populares e as lutas sociais que emergiam nos diferentes países, estabelecendo protocolos comuns de convencimento e de repressão, voltados principalmente para o redirecionamento das reivindicações populares para a “gestão de conflitos”. Decerto, há aqui aprendizado nos dois sentidos, e a truculência característica da atuação das burguesias brasileiras era, de um lado, edulcorada e, de outro, disseminada.

Inúmeras contradições povoam esse processo, a começar pelo descompasso entre a internacionalização do capital (ou a socialização dos processos produtivos) e o encapsulamento das lutas sociais em âmbito nacional e, preferencialmente, infra-nacional. As mais conhecidas lutas sociais contemporâneas – anti-racismos, feminismo/lutas de gênero e ambientalismo – não tem solução nos âmbitos nacionais mas vêm sendo sistematicamente *redirecionadas*, inclusive através de recursos financeiros, para uma dupla miopia: sua essencialização nos âmbitos nacionais, desconectando-se das formas da produção/reprodução dessas e de novas opressões sob o capital-imperialismo e a instauração de carreiras cosmopolitas, cujo objetivo é a minoração do sofrimento e não a eliminação de suas causas, resultando em formas espúrias, como o capitalismo verde, sob forte maquiagem ambiental.

É no interior da tensa dinâmica capital-imperialista que o conjunto das relações sociais capitalistas se consolidou no Brasil – expropriações, industrialização, mercantilização, violenta repressão das lutas de classe (atacadas quando defendiam apenas a efetivação de um modelo democrático-popular) e modalidades peculiares de ampliação do Estado. Desde bastante precocemente, as tensões internas inter-burguesas resultaram numa complexa rede associativa que direcionavam tais disputas para o interior do Estado através de entidades que, formalmente constituídas como “sociedade civil”, passavam a integrar o Estado, no qual expressavam diretamente seus interesses sócio-econômicos. Longe portanto de uma luta aberta entre uma

burguesia industrial e os grandes latifúndios exportadores, o que caracterizaria a categoria de “burguesia nacional, anti-latifundiária e anti-imperialista”, ocorreriam sucessivos acordos pelo alto, garantidores da grande propriedade do capital (sob qualquer formato) assegurando a convivência entre a lentíssima modernização dos latifúndios e a aceleração da industrialização.

Esse processo brasileiro pode ser denominado como uma *ampliação seletiva do Estado*, uma vez que ao lado estímulo e abertura à incorporação de entidades civis (ou filantrópicas) sustentadas por setores empresariais, ocorria uma permanente repressão às organizações populares, inclusive sindicais. Formas de articulação desigual e combinada para a expansão do capital atuaram (e seguem atuando) em três direções: no âmbito internacional, ligando desigualmente o conjunto das burguesias brasileiras ao imperialismo; no âmbito interno, coligando regiões profundamente desiguais, não apenas envolvendo formas arcaicas de produção com formas mais dinâmicas e modernas, como reinventando o arcaico como condição para a exploração capitalista (Fernandes, 1975); e, finalmente, correlacionando a expansão de empregos ligados à industrialização a uma extensa massa de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos que atuavam na retaguarda da expansão industrial, garantindo os serviços fundamentais, no que por muitos foi considerado como uma “massa desfuncional de marginais” (vendas e rede de reparos e suporte para a indústria, por exemplo) (Oliveira, 2003).

Desse processo resulta uma burguesia forte como capacidade de organização territorial nacional e como capacidade de formatação do Estado, historicamente truculenta na relação com as classes trabalhadoras, desprovida de qualquer projeto de capitalismo autônomo, porém defensora intransigente da propriedade e do capitalismo *tout court*. Sua consolidação não ocorre sem contradições frente aos países preponderantes, em especial os Estados Unidos, mas elas não se expressam através de antagonismos, mas sim de reivindicações de maior participação no conjunto capital-imperialista.

As principais lutas populares brasileiras no século XX tiveram como objetivo produzir uma espécie de “nacionalização” das reivindicações dos trabalhadores, ou seja, garantir direitos nacionalmente unificados, assim como a construção de entidades organizativas populares de âmbito nacional, enfrentando

diretamente as armadilhas que a expansão desigual e combinada impunha aos setores populares. Duas ferozes ditaduras (entre 1935-1945 e entre 1964-1988) se erigiram exatamente contra tal possibilidade, enquanto fomentavam a associatividade empresarial e asseguravam a manutenção da ampliação seletiva (agregação de entidades empresariais ao Estado) pelo exercício de extrema violência legal ou, quando ilegal, amplamente tolerada. Somente se conseguiu algo desse jaez após intensas lutas sociais que, iniciadas na década de 1970 sob a ditadura empresarial-militar, resultaram num novo quadro constitucional e na implantação de um Estado de direito com regularidade eleitoral.

Desse novo contexto, contraditoriamente, emergiu a possibilidade mais consistente de integração capital-imperialista brasileira: sob um viés democrático e eleitoral, ao lado da truculência (que não se reduziu), as burguesias brasileiras aprenderam com seus pares internacionais a enfrentar a nova capacidade organizativa popular através de mecanismos de conversão de lutas de classe em gestão privada de conflitos e de carências. Vários movimentos ocorreram simultaneamente nos anos 1990:

- novo salto de concentração de capitais, através das intensas privatizações de bens públicos nos anos 1990 (doações massivas de capitais), às quais associaram gestores sindicais;
- formidáveis reestruturações empresariais aprofundaram o desemprego e reconstituíram sob novos moldes o padrão desigual e combinado das relações de trabalho, reduzindo brutalmente o alcance das conquistas 'nacionalizantes', até sua quase destruição ;
- disseminação de novas entidades mercantil-filantrópicas (sem fins lucrativos) voltadas para apassar as lutas sociais, proclamadamente 'apolíticas' e direcionadas para a gestão econômica (e cultural) das carências sociais. Implementaram uma “pobretologia”, que fomenta a desvinculação entre direitos universais e gestão da pobreza e, *last but not least*, produziram significativa massa de gestores (bem remunerados) de trabalho precarizado e sem direitos, apresentado como “voluntário”. Esse novo viés traduz as diretrizes capital-imperialistas para a contenção da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que aprofunda sua fragmentação, utilizando novas modalidades de trabalho desigual e combinado.

Tal programa econômico, social e político foi iniciado sob os dois governos Fernando Henrique Cardoso 1994-2002). Sua ampliação ocorreu com a adesão incondicional do governo Lula da Silva que o expandiu de maneira exponencial, privatizando a gestão de inúmeros serviços públicos (saúde, educação, gestão hospitalar, etc.) e consolidando suas três dimensões fundamentais: reforço público à concentração de capitais, através do BNDES e da participação sindical na gestão de Fundos de Pensão, agora em nome do “desenvolvimento”; burocratização da estrutura sindical, crescentemente comprometida com o crescimento do capitalismo no Brasil, do que resulta sua aceitação da pulverização dos direitos trabalhistas, embora tenha assegurado alguns ganhos salariais; consolidação das estruturas privadas de convencimento e de gestão de conflitos sociais, em muitos casos gerando novas formas de relações trabalhistas, eventualmente produtoras de mais-valor. Os programas públicos voltados para a redução da pobreza apoiaram-se decididamente nas entidades sem fins lucrativos, em boa parte criadas, mantidas e dirigidas por setores empresariais, resultando em maior redução dos direitos sociais de tipo universal.

Uma análise cuidadosa dos processos históricos recentes no Brasil mostra que sua incorporação subalterna ao capital-imperialismo deriva da reprodução e ampliação da tripla articulação desigual e combinada: com o capital-imperialismo externo; inter-regional, acomodando burguesias de portes, nacionalidades e setores diferenciados, sob permanente concentração da propriedade e da fragmentação da classe trabalhadora a partir de expropriações diversificadas de direitos. Na atualidade, esse programa vem sendo apresentado como um “neodesenvolvimentismo”, que se contraporia a um “neoliberalismo” caduco. Nem um nem outro, trata-se da plena e subalterna incorporação das diretrizes capital-imperialistas, agora em plena expansão em direção, sobretudo, à América do Sul. Esse processo não é unilateral, e a longa experiência brasileira no exercício da contra-revolução permanente e preventiva e na disseminação da “pobretologia” passa também a integrar o acervo capital-imperialista.

Como se observa, a incorporação ao capital-imperialismo não envolve apenas adesão ou uma grande concentração de capitais, mas um aprofundamento decisivo de diversos comportamentos sociais, culturais e políticos. Dentre eles, destacam-se:

- um novo padrão de comportamento do conjunto das burguesias brasileiras, que passam em sua nova escala de concentração econômica, a associar truculência a convencimento. Esse padrão não mais se limita à atuação para o interior do país, mas tende a se disseminar tanto através das multinacionais brasileiras, como através das entidades internacionais e/ou governos que interinam e adotam, por seu turno, formas mais violentas de contenção das lutas populares. Tal comportamento não parece limitar-se às burguesias brasileiras;
- o aprofundamento das expropriações primárias e secundárias ampliando numericamente a classe trabalhadora no mundo. Essas populações submetem-se a formas desiguais e combinadas de atuação nos processos de trabalho, muitos deles diretamente ligados à valorização do valor, apesar de se exercerem em atividades até então consideradas improdutivas. Disso resulta profunda reconfiguração da classe trabalhadora;
- forte papel do Estado e não sua redução, cuja ampliação não deve ser traduzida de maneira mecânica como democratização, uma vez que incorpora crescentemente entidades da sociedade civil sustentadas pelo empresariado ou voltadas para a conversão mercantil-filantrópica de lutas populares.

Essas são as bases que nos ajudam a compreender as densas relações entre as empresas multinacionais brasileiras, ou sediadas no Brasil, e o Estado, aprofundadas sobretudo a partir da década de 2000. Do ponto de vista da construção de estratégias, trata-se de enfrentar o desafio da luta de classes na contemporaneidade, que envolve irmos além do recuo a capitalismo supostamente autônomos e o enfrentamento decisivo de todas as formas do capital. É possível na atualidade denunciar o imperialismo e silenciar sobre as múltiplas formas do capital-imperialismo?

#### Bibliografia

BOITO Jr., Armando. A burguesia no governo Lula. *Crítica marxista*, n. 21, SP, 2005.

DUAYER, Mário. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Em Pauta*. n. 29, v. 10, Rio de Janeiro, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História**. 3a. ed., Rio de Janeiro, Editoras UFRJ-EPSJV/Fiocruz, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&Tipo=8&Num=147>

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. 2a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6 vol. Rio de Janeiro: Ed, Civilização Brasileira, 2002.

HILFERDING, R. **El capital financeiro**. Madrid: Tecnos, 1973.

KATZ, Claudio. Socialismo ou desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) - **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio, Pão e Rosas. 2010.

LÊNIN, V.I. **Obras escolhidas**. Lisboa/Moscú: Avante, Progresso, 3 vol. 1977.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 2 ed., 1985.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas,São Paulo: Unicamp-Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Crítica da Razão Dualista. O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2007.

UN-United Nations. 2012. **World Urbanization Prospects**. 2011 Revision. In: <http://esa.un.org/unup/>, acesso 20/01/2013.